

O PRESIDENTE LULA E AS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS: APRESENTAÇÃO DE SEU DISCURSO NA MÍDIA BRASILEIRA

LUDMILA TATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA (FFCLRP - USP), GUSTAVO GRANDINI BASTOS (USP).

Resumo

Esse trabalho indaga sobre os discursos políticos governamentais em relação à leitura e seus espaços de mediação, especificamente, a biblioteca que é considerada a unidade informacional mais afeita à tarefa de formar leitores. Considerando que sujeito e sentido constituem-se conjuntamente, que a ideologia faz parecer evidente a emergência de um sentido e apagamento de outros, deseja-se interpretar recortes de declarações do presidente Luis Inácio Lula da Silva, manifestas nos dizeres midiáticos, em que ele aborda a implantação de bibliotecas em todos os municípios brasileiros, anunciando a erradicação de municípios sem bibliotecas públicas. Ao ressaltarmos o discurso político como lugar de mediação do poder e legitimação de uma voz, pontuamos os lugares de autoridade desse sujeito na posição de presidente da República e também do discurso jornalístico no âmbito da circulação de dizeres tidos como evidentes e objetivos. Mobilizamos outros dizeres sobre a biblioteca e recuperamos sentidos já ditos sobre a mesma, assim, interpretamos o que está posto em discurso e o que é silenciado nesses discursos sobre a questão da leitura e da biblioteca. Sobre isso, destacamos as noções de memória discursiva, como condição do dizível, e a noção de silêncio como instância de significação e matéria fundante da própria linguagem. Entende-se aqui a amplitude que a biblioteca pode exercer em relação à promoção da leitura e entende-se que a mídia é um lugar de poder na fixação de certos sentidos e apagamentos de outros; dessa maneira, busca-se refletir sob a perspectiva discursiva, sobre os dizeres e os silêncios dos discursos já produzidos sobre ela na mídia.

Palavras-chave:

Mídia, Discurso, Bibliotecas.

1- A regularidade de uma designação: biblioteca como lugar

Durante o processo de implantação de bibliotecas no Brasil, a instituição escolar foi um lugar importante para a inauguração dessas unidades informacionais (FERRAREZI, 2007) visto que a primeira biblioteca da história do Brasil pertenceu ao Colégio da Bahia com inauguração datada de 1598. Foi de fundamental importância para o trabalho dos jesuítas a presença de instituição biblioteca, utilizada tanto com a intenção primordial do colonizador que consistia em catequizar o índio (VÁLIO, 1990), como também em suprir a necessidade de alfabetização dos filhos de colonos e capacitação de professores (MORAES, 1979). Observamos que na época dos jesuítas, a biblioteca era utilizada simplesmente para atividades de caráter catequético e didático, por isso, os acervos eram de obras tinham caráter litúrgico ou confirmavam a posição defendida pela igreja. Dessa forma, biblioteca faz aliança com o discurso de apagamento da oralidade e da cultura local (indígena), marcando apenas a voz do estrangeiro colonizador.

Essa biblioteca de moldes religiosos teve duração até o governo do Marquês de Pombal, depois, com a expulsão dos padres jesuítas em 1759, as bibliotecas desapareceram e se alterou apenas com a vinda da família real para o Brasil, quando houve a criação da Biblioteca Nacional e a oferta de educação primária, secundária e de nível superior.

A instituição Biblioteca passou ainda por uma "dominação" política, que pode ser observada com maior vigor nos períodos ditatoriais brasileiros, momento em que o poder constituía-se pela "a monofonia, ou seja, apenas uma voz em relação ao poder" (FERRAREZI, 2007: 28) e interditava, pela política do silêncio (ORLANDI, 1997), as vozes dissonantes.

No Estado Novo, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) como o órgão que assumiu a postura de "disseminador, produtor, coordenador das políticas para as bibliotecas escolares e públicas" (CASTRO, 2003: 68), constituindo-se como um

"órgão federal criado para implantar uma biblioteca em cada município brasileiro. Havia uma forte campanha visando a difusão da leitura como alavanca para o desenvolvimento pessoal e coletivo. (...) seus livros seriam instrumentos de elevação do nível cultural e alavancas do desenvolvimento. Para isso, o INL estabeleceu determinados pacotes de livros e espalhou-os pelas cidades brasileiras, acreditando que essa ação criaria o gosto pela leitura, tornando as bibliotecas municipais irresistíveis. (...) Apesar das boas intenções, essas bibliotecas vindas de cima para baixo, das esferas federais para o cotidiano das cidadezinhas, da mesma forma como chegaram, desapareceram. Chegaram como surpresa e desapareceram nos meandros da vida municipal." (MILANESI, 2002: 46-7).

Essas políticas assistencialistas pouco contribuíram para a formação de leitores e também não criaram verdadeiras bibliotecas, já que muitas obras simplesmente desapareciam. Com a ditadura militar, instaurou-se, um período de interdição e acomodação, igualando-se ao período de governo do Estado Novo do presidente Vargas, com a semelhança de os dois lidarem de maneira mais ou menos intensa com a censura, aqui entendida como política do silêncio (ORLANDI, op.cit.). Nessa época, existiu o Programa Nacional do Livro Didático, que buscava distribuir para os diversos tipos de bibliotecas, livros diversos, principalmente os didáticos, mas, no fim, esse programa foi extinto devido a sua incapacidade de realizar sua tarefa principal, de formar leitores servindo no final apenas para enriquecer as editoras. Interessa-nos retomar o fio desses discursos sobre a instituição biblioteca, pois eles tecem uma memória discursiva que retorna e é atualizada em muitos dizeres atuais, às vezes de maneira deslocada.

A pesquisa escolar foi implantada no país na década de 70, quando uma lei federal designava ser este um ingrediente obrigatório na vida estudantil. Isso fazia os sujeitos-escolares debruçavam-se sobre diversos textos, buscando executar a cópia das mesmas, para satisfazer a pesquisa exigida pelo professor (ROMÃO, 2007). Enciclopédias como a *Barsa* e coleções como o *Tesouro da Juventude* passam a ter páginas inteiras copiadas em manuscritos de papel almaço e tal prática inscreve um discurso sobre a biblioteca, a saber, local em que há livros autorizados a serem lidos, abertos e tomados como referência em atividades didáticas repetitórias e parafrásticas.

"um espaço vivo e atuante de que o usuário deve usufruir em toda sua potencialidade [...] constitui-se em lugar onde oportunidades de experiência cultural podem ser criadas. Ela tem diferentes papéis a cumprir, não devendo, portanto, estar isolada da escola devendo, ao contrário, interagir com a escola, comunidade e com o meio social." (VIANA; CARVALHO; SILVA, 1998: 19)

Ainda que teóricos da área da Biblioteconomia marquem esta posição, consideramos importante ressaltar que a biblioteca não tem se constituído como espaço de circulação do discurso polêmico (ORLANDI, 2003) com atividades que instalem a troca de turno entre os interlocutores, permitindo a polissemia de sentidos sobre leitura. Questionamentos, crítica ou prazer muitas vezes ficam fora desse espaço em que ler teve (e ainda tem), em muitos momentos, correspondência com o gesto de copiar.

Além da placa de silêncio disposta na entrada de muitas bibliotecas, o que para nós é um indício importante do discurso autoritário, vale aqui registrar que, no período militar, com a censura forte e impiedosa, surgiu o

"Decreto 1077 (...) determinava que a divulgação, leitura e acesso a livros e periódicos (nacionais e estrangeiros), em todos os níveis de ensino e em todas as bibliotecas, ficariam subordinadas à verificação prévia da Polícia Federal a quem caberia analisar a existência de material ofensivo a moral e bons costumes" (CASTRO, 2003: 69-70).

Nessa época, a distribuição de livros era destinada e impulsionada principalmente pela lei federal, que instituía a obrigatoriedade da pesquisa na biblioteca escolar.

Observamos ainda hoje diversos projetos de distribuição sendo executados em diferentes momentos políticos, tanto municipais, como também estaduais e federais. Programas, tais como o Projeto Fome de Livros, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura mantêm a regularidade de se constituírem como programas distributivos que significam unicamente a possibilidade de, através de medidas de doação de acervos, os problemas relacionados à leitura na sociedade brasileira serem sanados.

Torna-se necessário que, no discurso oficial, a biblioteca não seja simplesmente uma pequena sala que contém livros, mas que seja significada como um importante espaço discursivo, onde sejam possíveis múltiplos gestos de leitura. Reconhecemos a importância do acervo nas bibliotecas, mas questionamos a redução dos sentidos de/sobre biblioteca a abrigo de livros, o que para nós implica uma redução regularizada pela formação discursiva dominante. Outra repetição diz respeito ao fato de essa instituição trabalhar somente com um acervo de documentos impressos, desconsiderando outros suportes e materialidades, como os materiais áudios-visuais, os textos imagéticos e os produtos da tecnologia.

Visto tudo isso, questionamos a evidência do sentido discursivizado pelo governo federal que, na voz do presidente, continua a enunciar sobre bibliotecas de modo a marcar apenas a necessidade de acervos, atualizando dizeres tidos como legitimados e evidentes pela ideologia, a saber, aqueles que marcam a importância quantitativa de livros e silenciam sobre os leitores e a leitura. Sustentamos que a biblioteca não é posta como lugar que fomenta o prazer da escuta de vozes contidas nos livros e, questionamos, os sentidos evidentes de biblioteca em nosso país, ressaltando a necessidade de criar novos modos de dizer sobre essa instituição.

2- Voz de presidente como lugar de poder: sentidos sobre biblioteca

Considerando que, segundo a teoria discursiva, a linguagem materializa o lugar social a partir do qual o sujeito enuncia, partimos do ponto de que o dizer de um presidente inscreve-se como um saber legitimado pelo poder, no caso, o de maior mandatário do país.

"Em toda sociedade, há vozes que se tornam gerais (indeterminadas) e que contribuem para a formação do conhecido 'CONSENSO' (senso comum?): são vozes das autoridades, das quais um exemplo de formação é o mecanismo de constituição desses personagens discursivos, os mediadores, tal como nós expusemos. Eles administram assim a produção dos sentidos e estabelecem a partilha entre a injunção ao dizer e o silenciamento." (ORLANDI, 1989: 43).

Desta forma, um depoimento do presidente Lula sobre biblioteca funciona discursivamente de modo a administrar e legitimar sentidos sobre este objeto discursivo, criando a ilusão de monofonia e de transparência em relação à realidade e certificando uma suposta verdade. Tudo isso está relacionado ao poder que é conferido a alguns, na sociedade, em detrimento de outros.

Observamos ainda que, no caso de Lula, desde o primeiro mandato, foram criados programas assistencialistas de distribuição de alimentos (Fome Zero) e de dinheiro (Bolsa Família, dentre outras) aos pobres, instalando o governante na posição imaginária daquele que dá, que provê e que tem o poder de sustentar. Esse modo de estar na linguagem e de constituir-se como sujeito de seu discurso tem relação com o que Pêcheux (1969: 163) chamou de "interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso", processo que "se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)".

Logo, ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito (e no caso, o sujeito-presidente) passa a atribuir uma imagem a si, ao seu interlocutor e ao objeto discursivo. Para nós, esse ponto é muito importante, já que os recortes analisados na próxima sessão foram ditos por Lula quando de uma visita à Academia Brasileira de Letras, o que implica considerar o que esse lugar representa, qual a estreita relação que mantém com o mundo dos livros e como tudo isso implica uma relação imaginária com os interlocutores, no caso, os autores acadêmicos. Ao levar em conta tais pistas, inferimos que o sujeito, ao enunciar, paga o preço de se submeter à ideologia já que ela é constitutiva da linguagem, assumindo os sentidos que ela lhe permite enunciar e construindo um imaginário sobre a cena em que enuncia.

"Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (...) a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer." (ORLANDI 2003: 46).

Assim, temos um jogo de formações imaginárias, no qual o sujeito enuncia o que lhe parece evidente de um lugar social, antecipando sentidos que estariam de acordo com o que ele imagina sobre seu interlocutor e sobre o objeto discursivo. Temos assim representações imaginárias que fazem parecer natural o que o sujeito enuncia, nesse ponto "os sujeitos 'esquecem' o que foi dito - e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. Compreendemos, desse modo, que o sujeito não é empírico nem categorizável, mas uma posição imaginária no discurso, afetada permanentemente pela memória discursiva. Por isso, fizemos o rastreamento de decretos e contextos históricos em que já foram ditos sentidos sobre biblioteca e sobre distribuição de livros, já que eles constituem um saber discursivo sobre o nosso objeto. Se hoje temos um presidente que enuncia sobre a necessidade de "zerar o número de cidades sem biblioteca", não podemos considerar esse dizer como esporádico ou surgido nele mesmo, mas precisamos tomá-lo em sua espessura lingüística e histórica, encadeado por sentidos já postos em discursos anteriormente.

3-"Zerar o número de bibliotecas": um dizer para o outro

O nosso corpus de análise foi constituído a partir de buscas on-line nos meios de comunicação Portão de Notícias G1 e O Globo; escolhemos alguns recortes que indiciam os modos do dizer jornalístico organizar o depoimento do presidente Lula a respeito de um plano nacional de erradicação das cidades sem biblioteca. Nosso interesse aqui é marcar o dizer do presidente Lula, discurso este mediado por uma certa tradução dada pelo sujeito-jornalista e pelo sujeito-editor. Justificamos a importância dessas fontes de informação, tendo em vista o modo como os cartéis midiáticos (MORAES, 2002) estruturam-se em nosso país, a saber, como voz de autoridade capaz de estabelecer socialmente a mediação entre o relato e a realidade. Isto significa que a mídia funciona como agência de poder que desenha, distribui e configura socialmente a circulação de saberes e dizeres, selecionando e hierarquizando temas, definindo enquadramentos e prioridades (GUIMARÃES, 2003).

Na metodológica da teoria discursiva, é preciso rastrear as marcas lingüísticas formais que definem o(s) funcionamento(s) discursivo(s), observando a relação entre o ideológico e o discursivo. Após, procedemos as etapas de descrição e interpretação, marcando quais e como são os elementos discursivos particulares que funcionam produzindo sentido(s). Buscaremos focar dois eixos: o modo de representar-se e de dizer do sujeito-presidente e o imaginário sobre a biblioteca escolar sustentado nessas textualizações.

Lula promete 'zerar' número de municípios sem biblioteca até 2008

Anúncio foi feito em discurso na Academia Brasileira de Letras, no Rio.

Segundo presidente, país não está longe de ter uma biblioteca em cada cidade.

Alba Valéria Mendonça do G1, no Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu "zerar" até 2008 o número de municípios brasileiros sem biblioteca. O anúncio foi feito durante discurso na cerimônia de comemoração dos 110 anos da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ).[1]

Na materialidade lingüística, temos a representação de algumas esferas de poder, quais sejam, o lugar de presidente e a Academia Brasileira de Letras. O presidente Lula é colocado, pela mídia, no lugar daquele que traz a boa-nova, que anuncia algo e que, como todo político, promete realizações. Não está em jogo a voz do sindicalista, do metalúrgico ou do militante de esquerda, mas sim, a do sujeito que ocupa a importante função administrativa da nação. Tais colocações como '*Lula da Silva promete "zerar"*' e '*O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu "zerar"*' são formulações da mídia que colocam o presidente na posição imaginária capaz de reverter à escala zero um problema nacional. Ambas organizam os sentidos sobre o que Lula teria dito, colocando o verbo zerar entre aspas como uma forma de citação do discurso dele.

Pelo acesso ao interdiscurso sabemos que a Academia é uma instituição de literatos que inscreve sentidos de culto às letras, de casa de cultura, de um lugar de prestígio. Nesse lugar de poder, o sujeito, ocupando a posição de presidente (outro lugar de poder), produz alguns sentidos de aliança com o mundo da leitura e

inscreve um efeito de simpatia e aceitação do valor já dito e creditado aos livros e ao trabalho com eles. Conforme o jogo das formações imaginárias, temos aqui um sujeito-presidente construindo seu dizer a partir da antecipação dos sentidos tidos como aceitos para os seus interlocutores, no caso, sujeitos-autores e leitores. Assim, uma promessa de acabar com as cidades sem biblioteca funciona, imaginariamente, de modo a estabelecer uma aliança, um de acordo. Da mesma reportagem, retiramos o recorte:

"Queria aproveitar a ocasião, para antecipar uma das medidas que vou anunciar no dia 4 de outubro e faz parte do Plano Nacional do Livro e da Leitura, que é zerar o número de municípios sem bibliotecas no Brasil e não estamos longe disso. Em 2003, eram 1.173 municípios sem biblioteca. Hoje, são 613. Em 2008, queremos que haja uma biblioteca em cada cidade brasileira, disse Lula."

Aqui está posta a voz do próprio Lula e não mais a tradução da voz dele feita pelo jornal. Do lugar de presidente, alguns sentidos precisam ser marcados, dentre eles o que foi realizado e os números instalam discursivamente tal efeito com as quantitativas que virtualmente conferem poder ao sujeito-presidente, já que ele instala-se na posição de gestor de sucesso. Isto é, a contagem exposta pontua a queda no número de cidades sem biblioteca durante a sua gestão. Podemos ler tal enunciado torcendo-o pelo avesso, o que implica reconhecer que a política de Lula chegou a cidades antes marcadas pela falta e produziu, matematicamente, uma mudança passível de contabilidade. Pelas datas, marcas lingüísticas importantes nesse enunciado, os cinco anos de Lula são heróicos já que de 2003 a 2008, os 1173 municípios sem biblioteca tendem a sumir do mapa.

Observamos a existência de um empoderamento do sujeito ao falar desse projeto, pontuando, com os verbos na primeira pessoa do singular ("*Queria aproveitar a ocasião*" e "*vou anunciar*"), que tal feito é de sua gestão, isto é, estamos diante de um investimento de seu governo. Com isso, o sujeito atribui a si mesmo o lugar de construtor de bibliotecas e de promotor da leitura. Ao dizer "*queremos*", o sujeito marca essa virtual adesão dos outros filiando-se à mesma região de sentido aceita como evidente, qual seja, o desejo de ter contato com os livros. No entanto, registramos, nesse recorte, um total apagamento dos significantes leitura, leitores, bibliotecário, o que atualiza sentidos já postos em movimento em outros lugares sociais sobre biblioteca, especialmente aqueles que dizem ser essa unidade de informação apenas um abrigo de livros, tal como marcamos na primeira sessão desse artigo.

"Tenho certeza que ela (a Olimpíada de Português) vai despertar mais paixão que a matemática. E quem sabe, no futuro breve, vamos poder colher os frutos disso e fazer com que o povo possa ter um pouco mais de acesso aos livros. A gente tirou os tributos da produção de livros em 2004, mas infelizmente isso não fez o preço do livro cair."

O presidente marca outros feitos de sua gestão, por exemplo, a Olimpíada de Matemática, a de Português e a isenção de impostos para a produção de livros, e assim observamos, novamente, a regularidade do apagamento da figura do leitor.

GOVERNO QUER LEVAR PELO MENOS UMA BIBLIOTECA A CADA MUNICÍPIO ATÉ
2010, AFIRMA

A ampliação do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares deverá beneficiar 30 milhões de alunos com a aquisição de novas obras literárias, de acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seu programa semanal de rádio "Café com o Presidente", Lula disse que o objetivo é possibilitar o acesso gratuito a livros de leitura para 5 milhões de crianças de até seis anos de idade, de 85 mil escolas públicas de todo o país. Segundo Lula, a meta é levar pelo menos uma biblioteca a cada município brasileiro até o final de 2010.

Nós pretendemos, até o final do nosso mandato, acabar com qualquer município que não tenha biblioteca, ou seja, nós queremos levar biblioteca, uma ou mais de uma, em todos os municípios brasileiros. E nós queremos acabar com isso o mais rápido possível, porque é importante criar condições para as pessoas terem acesso à leitura. (Agência Brasil)[2]

No recorte acima, algumas marcas organizam o dizer do sujeito-Lula mediado pela voz do jornal, ou seja, em forma de citação, traduz-se o dito presidencial. "*De acordo, "Lula disse que", "Segundo Lula"* marcam esse funcionamento em que não temos acesso direto à fala de Lula. Se alguém fala de um lugar de poder como presidente, ao jornal caberia apenas o papel de, supostamente com isenção, informar o que foi dito. Observamos que o "*promete zera*" da manchete anterior apresenta aqui um outro modo de dizer, a saber, "*GOVERNO QUER LEVAR PELO MENOS UMA BIBLIOTECA A CADA MUNICÍPIO ATÉ 2010, AFIRMA*". Em 28 de setembro de 2007, havia a promessa "*de zera o número de municípios sem bibliotecas até 2008*" e dias depois, em 01 de outubro de 2007, há o discurso de "*levar pelo menos uma biblioteca a cada município até 2010*". Observamos que, na primeira formulação, dizer sobre bibliotecas faz parte das promessas do presidente, ou seja, é algo passível de desconfiar não necessariamente será realizado. Na segunda manchete, temos o efeito de intencionalidade, já que inscreve-se um "*querer levar*", o que não implica uma promessa que teria que ser cumprida, mas um anseio que eventualmente pode ou não ser levado a cabo. No infinitivo, os verbos "*querer*" e "*prometer*" fazem falar ações que não são definitivas, o que instala não a obrigação de o levar uma biblioteca para cada município brasileiro, mas o seu desejo de levar. "*Promete zera*" e "*querer levar*" regularizam no dizer político, principalmente em um ano eleitoral, o efeito tanto de prestação de contar como de propaganda de si mesmo.

Temos ainda a mudança de datas para "*zera*" com os municípios sem biblioteca com a ampliação da data prometida de 2008 para 2010, o que pode inscrever sentidos sobre a impossibilidade de cumprimento da promessa ou a dificuldade de terminar o "*projeto*" apenas no último ano de mandato do presidente. Observamos o apagamento do pronome da primeira pessoa do singular, em lugar do qual emerge um nós marcando um funcionamento discursivo em que o sujeito supõe falar em nome de um coletivo. As marcas "*nós pretendemos*", "*até o final do nosso mandato*", "*nós queremos levar biblioteca*", "*nós queremos acabar com isso o mais rápido possível*" constroem um modo de amarração entre a voz de presidente e a de seu interlocutor, criando uma cumplicidade entre ambas.

Nos enunciados analisados, observamos o implícito sentido de que biblioteca ainda é artigo de luxo para muitas cidades, o que aponta uma falha histórica já que, como vimos anteriormente.

O presidente fala em "*leitura*", em "*hábito da leitura*" (em outro depoimento há essa nomeação), em "*acesso à leitura*", deixando de dizer sobre os leitores. Tal troca não é gratuita, tampouco, constitui-se ao modo de um esquecimento, mas singulariza um silenciamento dos sujeitos dentro da biblioteca, do profissional que trabalha na biblioteca, do prazer dado pelo contato com os livros, algo ainda a ser significado em nosso país.

4-Considerações finais

Não buscamos com esse trabalho, uma revisão da história como cronologia nem uma investigação técnica do funcionamento das bibliotecas, flagramos a memória discursiva, os modos de dizer e de discursivizar a biblioteca, as formações imaginárias tão presentes a cada retomada da palavra. O nosso trabalho se realiza na opacidade do discurso, desvestindo-a do que seria natural e óbvio, marcando o modo como relação de poder são sustentadas no/pelo jogo das formações imaginárias e ideológicas, especialmente quando temos lugares discursivos como o de presidente, o de literato da Academia e o da mídia, isto é, quando temos uma teia encadeada de lugares socialmente tidos como de prestígio. A teoria discursiva proposta por Pecheux propõe a escuta do que não é transparente, nem literal, nem óbvio. Isso nos sugere um modo de trabalhar com bordas menos rígidas do que aquelas propostas pela análise de conteúdo e, por isso mesmo, trabalhar com horizontes mais atraentes ao olhar, ao dizer e ao significar.

Referências bibliográficas

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: dialogo possível. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr. 2003. Disponível em . Acesso em: 28 fev. 2008.

FERRAREZI, Ludmila. **O imaginário sobre a biblioteca escolar**: sentidos em discurso. 2007. 106 f.. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência da Informação e da Documentação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

GUIMARÃES, E. **Produção e circulação do conhecimento - Política, Ciência e Divulgação**. Campinas: Pontes/CNPQ/ NJC, vol. 2, 2003.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editora, 2002.

MORAES, Rubem Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MORAES, Denis. **O Planeta Mídia**: tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 2002

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. Silêncio e implícito: produzindo a monofonia. IN: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 1969 Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et. al. 3.ed. Campinas, Editora da UNICAMP.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Na biblioteca escolar, a voz dos alunos. In: ROMÃO, L. M. S. (Org.) **Leitura e escrita: nos caminhos da linguagem**. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2007.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990.

VIANA, Márcia Milton; CARVALHO, Natália Guiné de Mello SILVA, Rosana Matos da. Entre luz e sombra ...: uma revisão de literatura sobre biblioteca escolar. In: Seminário Biblioteca Escolar: espaço de Ação Pedagógica, 1., 1998, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, Associação de Bibliotecários de Minas Gerais, 1998. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2007.vg

[1]<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL138943-5601,00.html>, reportagem publicada em 28/09/2007.

[2]<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1643981-5601,00-GOVERNO+QUER+LEVAR+PELO+MENOS+UMA+BIBLIOTECA+A+CADA+MUNICIPIO+ATE+AFIRMA.html>, em 1/10/2007.